



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ

PRA~~X~~IS

ANO IX - Nº 96 - JULHO/AGOSTO 2017



ESTADO DEMOCRÁTICO SEM DIREITOS



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
23/09/2017 na sede do CRESS-RJ

Poder Judiciário

Judicialização da luta de classes

Págs. 8 e 9

Exercício Profissional

Nas ondas do rádio

Págs. 4 e 5

Que justiça para que democracia?

Há cerca de um ano, no Brasil, uma presidente eleita foi deposta por um grupo social e político articulado em torno de seu vice-presidente, também eleito – e, vale lembrar, na mesma chapa que ela. Situações análogas vêm ocorrendo em diferentes países, a tal ponto que certos analistas as têm nomeado “golpes de novo tipo” ou “golpes institucionais”.

Esses golpes, como o brasileiro, vêm sendo marcados pela possibilidade de se derrubar um chefe de Estado eleito e substituí-lo por outro (eleito ou não) sem, a princípio, ferir o ordenamento jurídico. Ao contrário, até: em muitos casos – e o caso brasileiro se enquadra aí – o golpe é proclamado enquanto meio de preservar a legalidade, de resguardá-la de chefes supostamente corruptos que estariam agindo, autoritariamente, contra a lei. Surge aí um aparente paradoxo: o golpe é dado para (assim se diz...) preservar a democracia.

Mas será que o que se vive hoje é mesmo tão diferente do que se viveu tantas vezes, ao longo do breve século XX, na América Latina e no Brasil? Será mesmo que “os dias ERAM assim”, mas deixaram de ser? Será que agora o Brasil se tornou terra de instituições sólidas, e que essa solidez está aí para garantir direitos e se contrapor a “desvios autoritários”?

Na verdade, em tempos como os nossos, em que a exceção se converteu em regra, deve-se, sem desprezá-las, relativizar algumas ideias na base do paradoxo aparente. Dentre elas, não

apenas a “novidade” nos golpes presentes, mas também concepções estreitas de noções relacionadas ao regime político, que contraponham artificialmente “autoritarismo”, entendido enquanto coerção e arbitrariedade, a “democracia”, entendida enquanto garantia de direitos e respeito às diferenças e aos acordos.

E isso não apenas porque há enormes doses de autoritarismo presentes, diuturnamente, em nossa democracia (e nossa aqui é entendida em sentido internacional: pense-se, por exemplo, nos EUA), em que agentes do Estado, agindo em nome da ordem, encarceram e/ou assassinam todos os anos milhares, mesmo milhões, de jovens trabalhadores nas periferias. Mas também porque as próprias instituições, como, por exemplo, aquelas componentes dos poderes Legislativo e Judiciário, têm tido, aqui e acolá, no passado e no presente, papel nada desprezível na consecução de golpes associados à restrição não apenas de liberdades democráticas, mas de direitos sociais.

Quanto a isso, talvez bastasse recordar 1964, quando o respaldo do Senado (declarando vaga a presidência da República) e do Supremo Tribunal Federal (que realizou sessão em plena madrugada para empossar às pressas Ranieri Mazzili como presidente) foi decisivo para conferir ares de legalidade ao golpe empresarial-militar – que continuou contando com o apoio de setores expressivos nessas instituições ao longo dos anos seguintes. Ou talvez lembrar o papel dessas instituições em golpe mais recente: afinal, o impedimento da presidente Dilma Rousseff foi

consumado, em 31 de agosto de 2016, em sessão daquele mesmo Senado, presidida por um ministro daquele mesmo Supremo.

Mas isso, só, não basta. Pensar a relação entre sistema de justiça, institucionalizado enquanto poder Judiciário, e democracia, exige que se pense em qual justiça se estabelece em uma democracia com as características que tem a nossa, tal como ela existe e não como gostaríamos que fosse. E essas características devem ser compreendidas não estaticamente, mas sim como expressão do movimento da própria sociedade.

O Judiciário, como outras instituições no âmbito da democracia representativa, não é puro espaço de garantia de direitos, nem tampouco mero carrasco a condenar trabalhadores negros e pobres ao encarceramento. Vem sendo, antes, tanto um quanto o outro. A determinação concreta de seu papel depende da condensação momentânea das correlações de forças no campo das lutas sociais.



PRAXIS NO FEMININO: No trabalho permanente de construir uma linguagem não discriminatória, os materiais do CRESS-RJ voltados à categoria usam o gênero feminino para se referir a profissionais e estudantes de Serviço Social.

PRAXIS

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 7ª REGIÃO - Nº 96 - Julho/Agosto 2017

Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144

Telefax: (21) 3147-8787 - e-mail: diretoria@cressrj.org.br

www.cressrj.org.br

Presidenta: Dácia Cristina Teles Costa

Vice-Presidente: Nelson Felix Lima Neto

1ª Secretária: Simone Eliza do Carmo Lessa

2ª Secretário: Fábio do Nascimento Simas

1ª Tesoureira: Luciana Cristina Teixeira da Silva

2ª Tesoureira: Mariana Setúbal Nassar de Carvalho

Conselho fiscal: Janáina Bilate Martins, Jussara de Lima Ferreira, Natália da Silva Figueiredo

Suplentes: Nathália Carlos da Silva, Luciane Barbosa do Amaral Rangel, Carla Maria Diniz Fernandes, Sílvia Maria Ribeiro, Paulo Martins Faleiro dos Santos, Camilla Muniz da Costa Pereira, Mônica Simone Pereira Olivar, Malú Ribeiro Vale, Charles Vieira de Araújo

Comissão de Comunicação e Cultura: Bia Justino, Caio Martins, Célio Albuquerque, Dácia Teles, Daniele Ferreira, Eder Frossard, Fábio Simas, Janáina Bilate, Luciana Teixeira, Natália Figueiredo, Rafael Lopes, Victor Neves

Seccional de Campos dos Goytacazes

Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170 – Centro – Telefax: (22) 2723-9464

Coordenadora: Eliana Monteiro Feres

Secretário: Marco Antonio Pedro Vieira

Tesoureiro: Paulo Santos Freitas Júnior

Suplente: Isabella Motta de Oliveira Pinto, Suzana Mancebo Barros, Luciana Custódio Soares

Seccional Sul Fluminense - Volta Redonda

R. Gen. Oswaldo Pinto da Veiga, 350, salas 1001 a 1003 – Pontual Shopping – CEP 27261-050 – Telefax: (24) 3342-6886

Coordenador: Gleydson Felipe Duque de Paiva

Tesoureira: Kelly Rocha Albernaz

Secretário: Eder Frossard de Andrade

Suplentes: Cynthia Correa de Oliveira Ferreira, Luiza Silva Pires, Marcello Pedro da Silva Santos

Jornalistas responsáveis: Célio Albuquerque (MTB/RJ 15751) e Rafael Lopes (SRTE/RJ 33988)

Estagiária de comunicação: Bia Justino

Projeto gráfico, diagramação e ilustrações: Carlos D

Impressão: Gráfica Colorset – **Tiragem:** 17.600 exemplares - **Data de impressão:** 30/08/2017

Notas

Registro e anuidade

Novo Documento de Identidade Profissional

Durante a confecção dos novos Documentos de Identidade Profissional (DIP) foi identificada a necessidade de revisão deste processo, com vistas a garantir a qualidade dos documentos. Como consequência, o CFESS suspendeu a entrega de novos DIP até que a referida revisão do processo seja concluída. Esta decisão está sistematizada pela Resolução CFESS 820/2017, que pode ser acessada através do link <https://goo.gl/kaXkds>. Essa questão vem sendo acompanhada pelo CRESS-RJ, e, tão logo se resolva, informará à categoria.

Para as profissionais que precisarem comprovar sua inscrição, de acordo com a Resolução 582/2010, é possível solicitar uma declaração para fins de trabalho. Para isso, basta entrar em contato com o Conselho pelo e-mail registroanuidade@cressrj.org.br e solicitar uma declaração de inscrição. A declaração tem valor legal, validade de 60 dias e pode ser solicitada mediante a comprovação da necessidade.

O não recebimento do novo DIP não impede o exercício profissional e as profissionais que solicitaram a substituição do novo DIP podem utilizar os documentos antigos, que ainda continuam válidos.

Outras informações também podem ser acessadas pelos meios de comunicação do CRESS-RJ (sítio eletrônico, Via CRESS e Facebook) ou entre em contato com o Conselho através do tel. (21) 3147-8787. Para melhor atendimento das demandas da categoria que são enviadas pelo correio eletrônico, nós centralizamos todo o atendimento no e-mail registroanuidade@cressrj.org.br

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

23/09/2017, com primeira chamada às 10h e última às 10h30, no auditório do CRESS-RJ - R. México, 41, 12º andar

Na pauta: prestação de contas política e financeira do Conselho e deliberação do valor da anuidade de 2018. A assembleia é aberta. Mas o direito ao voto é exclusivo de assistentes sociais com inscrição no CRESS, com registro ativo e em dia com as anuidades até o exercício de 2016. Assistentes sociais que não estão nestas condições têm até o dia da assembleia para regularizar sua situação.

**Dúvidas: Setor de Registro e Anuidade
(21) 3147-8772
registroanuidade@cressrj.org.br**

Assembleia escolhe representantes para encontros Descentralizado e Nacional

Em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada no dia 8 de julho, no auditório do Conselho, foram escolhidas as representantes do CRESS-RJ que participarão dos encontros Descentralizado e Nacional do Conjunto CFESS/CRESS em realização este ano.

• **Conselheiras da diretoria do CRESS-RJ sede:** Dácia Cristina Teles Costa, Nelson Felix Neto, Mariana Setúbal Nassar de Carvalho, Jussara de Lima Ferreira, Mônica Simone Pereira Olivar, Nathália Carlos da Silva, Malú Ribeiro Vale, Fábio do Nascimento Simas e Camilla Muniz da Costa Pereira; da seccional de Volta Redonda, Éder Frossard de Andrade; da seccional de Campos, Eliana Monteiro Feres.

• **Indicação de suplentes da diretoria:** Luciane Barbosa do Amaral Rangel, Charles Vieira de Araújo e Carla Maria Fernandez.

Foi esclarecido que as seccionais têm tido assegurado o direito a indicar um nome cada uma para compor a delegação, não sendo necessária sua presença na assembleia, desde que tal nome tenha sido indicado em reunião na seccional e seja referendado pela referida assembleia. As seccionais de Volta Redonda e de Campos informaram haver realizado reunião amplamente divulgada e noticiaram o



nome e a experiência dos seus representantes, cuja indicação à Delegação foi submetida à assembleia do dia 08 de julho e aprovada.

• **Assistentes sociais de base das seccionais de Campos dos Goytacazes e de Volta Redonda:** Franceline da Silva de Assis e Érica dos Santos Tolentino, respectivamente.

• **Assistentes sociais de base:** Rodrigo Silva Lima, Carlos Felipe Nunes Moreira, Márcia Nogueira da Silva, Crislaine Maciel de Lima, João Rafael da Conceição, Fernanda Kilduff, Alessandra Celita Couto Fogaça e Christiane dos Passos Guimarães, além das representantes de base indicadas pelas seccionais, eleitas por referendo. Como suplentes foram eleitas: Ionara

dos Santos Fernandes, Bárbara Menezes Silva Santos, Priscila Keiko Cassual Sakurada, Melissa Yakoub, Glauce Magalhães, Ana Damasceno, Cláudio Paulista e Margareth Batista. As observadoras indicadas para o Descentralizado foram as agentes fiscais Nízia Maria dos Santos e Marenilse Saturnino da Silva, e, para o Nacional, Marenilse Saturnino da Silva e Fátima Valentim.

• **Lista de convidados aos encontros:** uma representante da ABEPSS, uma da ENESSO, a funcionária efetiva Carolline de Araújo de Nonno e os assessores do CRESS Caio Martins, Mônica Arkader, Victor Neves, Rafael Lopes e Rafael Argolo (os dois últimos apenas ao descentralizado).

Exercício profissional

Nas ondas do rádio



Assistentes sociais Aldineia, Edith e Ana Paula

O bairro de Vila de Cava, em Nova Iguaçu, possui uma população estimada, de acordo com informações do IBGE, em aproximadamente 20.000 habitantes. O local antes fora uma fazenda de imigrantes italianos e ainda hoje preserva algumas características rurais. Parte de seus moradores ainda enfrenta diversas dificuldades, como a questão da mobilidade urbana via meio de transporte público, ou o acesso a serviços e direitos da Política de Assistência Social.

Diante desta realidade, as assistentes sociais do Centro de Referência de Assistência Social de Vila de Cava (CRAS - Vila de Cava), Aldinéa Guimarães, Edith Santana e Ana Paula Laranjeiras perceberam que o atendimento realizado no local precisava ser potencializado para atender às demandas locais. Era preciso transpor os muros institucionais e colocar seus usuários no centro das ações desenvolvidas.

"Por que não divulgar e levar o que acontece aqui dentro para as pessoas?". Foi a partir deste questionamento que,

"Os temas eram escolhidos a partir de nosso atendimento diário ou de conversas informais com usuário. Nós percebíamos a demanda devido ao contato com o público"

Edith Santana

em abril de 2016, surgiram as primeiras conversas sobre qual seria o melhor caminho nesse sentido. O contato com a rádio veio de Ana Paula, que também possui formação na área de comunicação.

"Em julho o programa foi ao ar pela primeira vez, com o nome de Comunica CRAS Vila de Cava. A rádio popular tem a vantagem de atender toda a área do equipamento. Ou seja, ela já possuía um público, já que é uma rádio gospel. Apesar disso, é o veículo que atende ao nosso usuário", afirma Ana Paula.

O objetivo do projeto é dar visibilidade à Política de Assistência Social, através da divulgação dos serviços, programas e projetos da Proteção Social dentro do município. E o rádio é o meio de comunicação mais utilizado entre os brasileiros. De acordo com a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), 90% da população do país tem acesso ao rádio em suas residências, por ser a forma mais barata de estar em contato com a informação e o entretenimento.

A vantagem de ser uma rádio é o seu alcance

A partir de então, toda quarta-feira, de 12h às 13h, o Serviço Social passou a acessar milhares de pessoas através das ondas eletromagnéticas da Rádio Popular FM 98,7. Para que fosse viável a realização do programa semanal, as assistentes sociais eram liberadas nesse horário para a gravação. Aldinéia, Ana Paula e Edith aproveitavam e já combinavam o tema da semana seguinte, salvo quando era necessário correr atrás de uma entrevista mais complicada.

"Nossos usuários vêm muito ao CRAS atrás do programa Bolsa Família e nós queríamos mostrar para eles que o CRAS vai muito além da via de acesso a este benefício. Queríamos contar qual é a verdadeira função do CRAS, que também passa pelo acompanhamento de famílias, fortalecimento de vínculos, prevenção de riscos sociais e outros programas que existem além deste", destaca Edith.

O desafio inicial foi a falta de auxílio para realizar o programa. Ao custo mensal de aproximadamente R\$ 600,00, as assistentes sociais empregaram recursos próprios para a manutenção da atração semanal.

"Nós sabíamos que o retorno não viria a curto prazo, porque as pessoas precisam ouvir e divulgar. O nosso público são pessoas mais simples, o acesso a elas é complicado, então tudo é mais lento. O rádio chegou até elas, mas muitas vezes não havia condições de pegar ônibus. Edith e eu abraçamos o programa, mas com recursos próprios", destaca Aldinéia.

Além das entrevistas com convidados, que eram programas gravados, às vezes havia transmissões ao vivo, nas quais o público participava através de ligações.

"Os temas eram escolhidos a partir de nosso atendimento diário ou de conversas informais com usuários. Por exemplo, uma vez foi sobre violência doméstica, porque nós percebíamos a demanda devido ao contato com o público", aponta Edith.

As três assistentes sociais contam que houve uma procura significativa de colegas de outros equipamentos da assistência social de Nova Iguaçu, por entenderem o potencial que o programa possuía para toda a rede acessada pelos usuários.

"Eu cheguei a ser procurada na minha própria casa enquanto o CRAS estava em greve. Eu fiquei muito conhecida aqui, porque as pessoas começaram a me procurar e até hoje eu recebo bilhetes a



Facebook: CRAS Vila de Cava

respeito", revela Ana Paula, que também é residente do bairro.

O reconhecimento de ouvintes-usuários

Para a equipe de Serviço Social, os usuários não sabiam quais e nem como acessar serviços e benefícios a que tinham direito.

"Muitos estavam dentro do perfil do usuário, mas eles ficavam perdidos. E essa é a centralidade de nosso trabalho e projeto: apontar, dentro da Política de Assistência Social, quais são as possibilidades que existem. E o CRAS absorve muita demanda. As pessoas procuram o CRAS para tudo e elas nunca saem sem pelo menos um encaminhamento. Estamos tentando, com o nosso trabalho, explicitar o serviço para o usuário. Porque muitos ainda acham que acessar determinados programas é uma declaração de pobreza. E não é. Nós encorajamos e incentivamos muitas pessoas, mas ainda existe um resquício da relação clientelista. Acham que ficam devendo um favor", aborda Edith.

Já Aldinéia afirma que o público começou a achar não só interessante, mas útil, o aproveitamento do rádio como meio de informação, debate crítico e conhecimento sobre o funcionamento da política de assistência social.

"Eles começaram a divulgar e descobrir direitos que tinham. Isso foi muito gratificante. Há pouco tempo até mandei mensagem para a Edith falando que eu tinha atendido uma senhora que veio por causa da rádio, sendo que o programa não está no ar desde novembro. Quando começou a dar resultado,

o Comunica CRAS não estava mais na programação", relembra.

Os entraves no caminho

Em 2017, com a mudança de gestão, as assistentes sociais decidiram reativar o projeto. Ana, Edith e Aldinéia colocaram o projeto no papel e agora estão à espera de uma resposta para retomarem os trabalhos. O novo projeto apresenta um gasto estimado em R\$ 1.000,00 por mês, que seria distribuído entre transporte e locação do horário em uma rádio.

"O custo disso não seria tão alto, mas o resultado seria muito maior. No final, o programa também funcionaria como uma forma de busca ativa, para as pessoas conhecerem os programas e virem ao CRAS", afirma Aldinéia, lembrando que o programa em nenhum momento prejudicou o atendimento aos usuários e que seu objetivo central é divulgar esse serviço de forma que mais pessoas o utilizem. E Ana Paula aponta que a primeira dificuldade que a equipe teve foi conseguir apoio da gestão para abraçar o projeto.

O projeto Comunica CRAS foi premiado com o segundo lugar do Prêmio Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social, em 2016, na categoria Trabalhos de Comunicação. O Prêmio é uma iniciativa do CRESS que visa a, dentre outros objetivos, afirmar a importância de iniciativas como essa, que podem servir de exemplo na superação de dificuldades que enfrentamos no dia-a-dia do exercício profissional.

Pergunte à COFI

O projeto de intervenção e a assistente social

Diante de uma crise tão grave, que impacta na regressão de direitos, como poderia a assistente social fortalecer o seu fazer profissional?

A assistente social, como tantos outros profissionais assalariados, possui uma relativa autonomia profissional. Neste sentido, é necessário saber distinguir as solicitações dos nossos empregadores que não estão em consonância com uma atuação profissional que fortaleça a dimensão dos direitos sociais. Além disso, pode acontecer de sermos solicitadas à execução exclusiva de tarefas de ordem burocrática sem qualquer ligação com o trabalho da assistente social.

Devemos saber superar as limitações do exercício profissional semelhantes àquelas apresentadas nos exemplos acima. Para isso, estamos fundamentadas na Lei de Regulamentação da Profissão (8662/93) e no nosso Código de Ética, que nos orientam segundo princípios e valores essenciais à nossa intervenção.

Mas é preciso também que conheçamos muito bem a política onde atuamos. Esse conhecimento nos fortalece. Também precisamos saber como esta política se insere na dinâmica da sociedade brasileira, em seus conflitos, retrocessos e potencialidades. Neste sentido, se faz primordial termos um

Projeto de Intervenção construído com base no conhecimento profundo da política social em questão, sobre a instituição, sua dinâmica e atores envolvidos, bem como sobre a população usuária e suas demandas (todos estes elementos que compõem o nosso trabalho cotidiano).

Mas o que é o Projeto de Intervenção?

Em linha gerais, trata-se de uma proposta de ação, em que a assistente social, a partir do seu conhecimento sobre o seu trabalho e o local em que este se insere, faz uma proposição. Esta pode se dar, por exemplo, a partir do desenvolvimento de uma atividade: trabalho de grupo, organização e/ou revisão de instrumentos de intervenção, pesquisa sobre a população usuária, Rodas de Conversa, organização de protocolos de atendimento. Quem possui projeto de intervenção fica mais resguardada em relação aos desmandos institucionais.

A COFI tem como uma de suas atribuições a Orientação Profissional, no que se refere, inclusive, à construção do projeto de intervenção, ciente da importância desse suporte e estratégia. Falaremos mais sobre o tema. Fiquem de olho.



Orientação e Fiscalização

A atuação e as limitações da profissional no Judiciário

O Serviço Social está no Judiciário do Rio de Janeiro desde a década de 1930. Sua presença neste espaço sócio-ocupacional acompanha o processo de institucionalização da profissão, estando historicamente ligada à área da infância. Em 1951, foi criado o Serviço Social do Juizado de Menores, onde já era marcante a presença de assistentes sociais e a requisição institucional de competências relacionadas a seu saber técnico. Ainda assim, assistentes sociais eram, naquela situação, entendidas como meras auxiliares do juiz em questões localizadas nas áreas onde atuavam – o que se devia, em parte, ao caráter extremamente hierarquizado de tal espaço, onde se entende que o papel principal é do magistrado.

A ampliação do escopo de atuação de assistentes sociais levou ao planejamento da contratação de novas profissionais em outras áreas do sistema de justiça, o que se deu efetivamente a partir de 1988. A partir de então, foram realizados concursos para composição de um quadro próprio de assistentes sociais para atuação em varas da Infância, de Execução Penal, de Família e de Órfãos e Sucessões.

Em resposta à crescente demanda por este trabalho especializado, a administração institucional realizou concursos em 1995, 2004 e 2012, o que possibilitou a inserção de assistentes sociais em novos espaços e frentes de trabalho: nos Núcleos Regionais (NURs), para assessoria ao Juízo nas questões relacionadas aos servidores no Departamento de Saúde (DESAU), na Escola de Administração Judiciária (ESAJ), e na Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (CEJAI); nas Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMAs); nas Equipes Técnicas Interdisciplinares Cíveis (ETICs); na Vara da Infância, da Juventude e do Idoso (VIJI); na Vara da Infância e Juventude da Capital (VIJ) e Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM); na Central de Testamentaria e Tutoria Judicial, no Serviço de Promoção à Erradicação do Sub-Registro de Nascimento e à Busca de Certidões (SEPEC), na Comissão Judiciária de Articulação das Varas de Família, Infância, Juventude e Idoso (CEFIJ) e nos Projetos Especiais desenvolvidos, avançando na cobertura aos 92 municípios integrantes do Estado.

Ao todo, somam-se 345 assistentes



sociais em todo o judiciário estadual. Porém, o Judiciário fluminense vive um momento de declínio do quadro quantitativo. Isso acontece porque as pessoas do primeiro concurso de 1988 estão começando a se aposentar, e o quadro de pessoal não está sendo recomposto. Entre 2017 e 2018, cerca de 150 profissionais devem se aposentar – ou seja, quase a metade do quadro. Por outro lado, com a retração do aparato estatal protetivo de direitos no estado do Rio de Janeiro, poucas profissionais aprovadas no concurso de 2012 foram convocadas.

Atualmente, portanto, existe uma sobrecarga de trabalho para as assistentes sociais do Judiciário. Há ocasiões em que uma profissional atende mensalmente mais de 50 processos, o que tecnicamente reflete, tendendo a afetar negativamente, na qualidade do seu trabalho.

Na prática, muitas vezes essas profissionais são tensionadas a se tornarem emissoras de laudos, exercendo o trabalho de forma precária e deixando de executar outras atribuições inerentes à profissão neste espaço sócio-ocupacional.

Dinâmica do Judiciário

Atuando em uma instituição na qual as bases são os marcos legais, as profissionais devem aprender a conjugar todo esse instrumental legal com a mobilização do acúmulo expresso no projeto ético-político profissional. Caso contrário, podem atender a seus usuários de forma contrária ao sentido do Código de Ética Profissional ou da Lei de Regulamentação da Profissão, produzindo

pareceres, laudos ou relatórios voltados à restrição de direitos, e não a sua garantia.

Quando, por exemplo, um juiz requisita um estudo social, trata-se de procedimento metodológico específico de intervenção de assistentes sociais. Ainda assim, não há garantia de que ele vá assimilar aspectos importantes do pronunciamento técnico. Não é incomum, portanto, que a profissional de Serviço Social veja trechos do seu estudo social numa decisão judicial, mas nem sempre isso se dá no sentido por ela esperado.

Mesmo assim, é importante que ela busque realizar o estudo com a maior qualidade e dentro dos princípios expressos que balizam nosso projeto profissional. Especialmente se levarmos em conta que, nos últimos 20 anos, há um número elevado de juízes jovens, vários deles sem experiência nas áreas em que atuam, perante os quais o pronunciamento técnico da assistente social pode ser fundamental na garantia de direitos em diversas áreas de atuação no Judiciário.

Existe uma ideia de que a assistente social no Judiciário está em um lugar privilegiado, porque tem acesso a recursos a que aquelas lotadas em outras instituições, como, por exemplo, as do poder Executivo, não têm. Entretanto, para inserção de qualquer indivíduo em um programa ou serviço é necessária a articulação com a rede. Na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, não existe centro de atendimento integral para a mulher vítima de violência doméstica. Para essa mulher ter acesso a esses espaços, é necessária a articulação com a rede de saúde mental, de assistência social, e uma atuação de forma articulada. Assim, somente o deferimento das medidas protetivas previstas em lei não será suficiente: é necessário um processo reflexivo sobre a questão da violência, o acolhimento da vítima e dependentes, o conhecimento do universo que esse contexto envolve, e disso somente um atendimento numa perspectiva em rede pode dar conta – o que vai muito além do Judiciário.

Finalmente, cabe lembrar que, também no Judiciário, há diferentes projetos de profissão. Há desde aquela profissional que ficou presa nos meandros institucionais e legais, até aquela que busca a reflexão diária para romper com um espaço institucional hierarquizado e disciplinador.

A judicialização da luta de classes

Na trajetória da redemocratização do Brasil, após a queda do regime empresarial-militar depois de mais de vinte anos, a sociedade civil e as esferas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário foram palco de renhido enfrentamento entre projetos antagônicos. A Constituição Federal de 1988 foi o principal resultado desse embate. Próxima de completar 30 anos, a contraditória Carta Constitucional, que expressou a disputa de forças políticas e socioeconômicas existentes na sociedade brasileira, inicialmente chamada de Carta Cidadã, foi promulgada como uma autêntica “carta de direitos”.

O apelido certamente reflete parte importante da verdade, uma vez que ela representou um avanço nas lutas por direitos sociais. Mas há o outro polo do problema: os limites da chamada “Constituição Cidadã”. Quanto a esses, uma questão central é o limite da democratização dos entes do Estado, e, dentre eles, do sistema de justiça. E esse problema se relaciona ao deslocamento do protagonismo dos movimentos sociais, do espaço social da luta de classe mais aberta aos meandros do sistema de justiça, via judicialização dos conflitos de interesses – e, nesse bojo, via judicialização da própria luta social.

“A questão da democracia e da cidadania no processo de judicialização, após a promulgação da Constituição de 1988, não apenas positivou os direitos fundamentais, mas também atribuiu ao Poder Judiciário a função de intérprete do controle da constitucionalidade. E isso pode estar no centro do aumento e/ou aprofundamento das restrições históricas da democracia e da cidadania em nosso país. Não estamos com isso ignorando a importância da participação do Judiciário na luta pela afirmação e reconhecimento da cidadania. Mas não podemos deixar de observar que enquanto parte do poder do Estado, ele também carrega fortes marcas. Nossa hipótese também parte da necessidade de investigar se a judicialização é um ‘sintoma’ das democracias contemporâneas que se encontram em estado de agonia”, analisa a professora doutora da Escola de Serviço Social da UERJ, Silene Freire.

Ainda de acordo com a pesquisadora, é preciso lembrar que as dificuldades

“ A questão da democracia e da cidadania no processo de judicialização, após a promulgação da Constituição de 1988, não apenas positivou os direitos fundamentais, mas também atribuiu ao Poder Judiciário a função de intérprete do controle da constitucionalidade”

Silene Freire



encontradas para a efetivação de direitos no Brasil não podem ser entendidas sem considerar o momento de nítido retrocesso social que vitima parcelas crescentes da população mundial, em face do processo de reconfiguração dos Estados nacionais. Esse processo é marcado, mundo afora, pela reorientação do fundo público – deslocado, em linhas gerais, do financiamento das políticas sociais rumo ao pagamento de juros e financiamento de inversões privadas –, combinada ao recrudescimento do braço jurídico-coercitivo-policial do Estado. A expressão dessa reconfiguração, nas políticas conhecidas como “agenda neoliberal”, aprofundou um círculo vicioso que não deixa de envolver o sistema de justiça. Afinal, esse sistema por vezes garante as desigualdades econômicas, sociais e políticas de indivíduos, grupos e classes perante as leis – ainda que formalmente travestidas de igualdade jurídica.

“Desse modo, antes de entrarmos na

questão da busca pela garantia dos direitos através da judicialização, faz-se necessário reconhecermos que, hoje, no fundo dessa questão, há uma crise provavelmente determinada pela erosão da sociabilidade capitalista. Vale dizer, pela implosão das relações que constituíram, historicamente, o chão das possibilidades da cidadania burguesa, entendida esta em sentido amplo”, destaca. A pesquisadora aponta, também, que esse esgotamento determina grandemente as feições de “todo esse enorme processo de que a globalização é o resumo ainda inacabado, e certamente não fatalístico”.

Na mesma linha de interpretação, a doutora em Serviço Social Márcia Nogueira destaca que há uma disputa interna por projetos institucionais, que reflete a atual fase do capital global. Ou seja, não há como analisar o processo de judicialização sem levar em conta a direção do movimento global do capital na atual quadra histórica, na base daquilo que ficou conhecido, no campo da economia política, como “projeto neoliberal”.

“O que ocorre é que esse processo atual, que vemos nas normativas, está acontecendo no Brasil num momento no qual vemos em nível mundial a força do projeto neoliberal. É só lembrarmos que, há cerca de cinco anos, a Argentina também passou pelo mesmo desmonte das políticas públicas. É a legislação sendo colocada em xeque por conta do movimento global do capital. O Brasil não fica alheio a isso. É um processo que revela que o investimento na garantia dos direitos da classe trabalhadora não é algo privilegiado à luz da Constituição, e por isso esses ataques à Carta Magna. Mesmo que ela não seja nada de perfeito, ela significa um marco regulatório importante que estamos perdendo. Estão derrubando, destruindo-a por dentro”, ilustra.

Os rumos do desmonte via judicialização

Para Silene Freire, cabe lembrar que até os dias atuais vivemos num país que alterna breves interregnos democráticos a prolongados períodos de autocracia aberta. Assim, o Brasil ainda não superou os fortes vieses autoritários, marcas da experiência de toda uma cultura política que se instalou

ao longo de um largo lapso temporal. Se a mídia é um dos protagonistas mais visíveis da geração de uma subjetividade de truculência, também faz parte de sua constituição o sistema de justiça. Pense-se, por exemplo, em seu papel na permanência histórica no Brasil de formas de trabalho como a escravidão, assim como, até hoje, no extermínio sistemático das populações nativas – que continua, de modo aberto e velado, geralmente contando com a cobertura de entes estatais, inclusive no interior do Judiciário. Ou seja, esse sistema não pode ser pensado autonomamente em relação a um país que não se constituiu historicamente associado à cidadania, mas à escravidão e ao genocídio. Não pode ser idealizado sem as profundas marcas do processo de modernização conservadora brasileira.

“É importante frisar que, sempre que falamos em cidadania, há uma dinâmica e um ritmo diferenciados na luta pelos direitos de cidadania, demarcando a experiência de vários países através do tempo. Para Marshall, o caso inglês apontou para certa sequência lógica da história: direitos civis, políticos e sociais. Contudo, tal sequência não é um modelo rígido, que consagre uma única ordem possível, teórica ou empírica, de acesso a tais direitos”.

A pesquisadora acrescenta, por exemplo, que a cronologia e a lógica desta sequência foram invertidas aqui no Brasil. Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em períodos de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador (Getúlio Vargas) que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também diferente da considerada clássica. A maior expansão do direito do voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime. Finalmente, ainda hoje, muitos direitos civis continuam inacessíveis à maioria da população. Isso ajuda a entender a dificuldade da aquisição formal, e, mesmo quando ela vem, da implementação real de direitos no Brasil.

Já Márcia Nogueira aponta que o nascedouro do processo de contrarreforma no Brasil tem origem no plano Bresser, de 1987. Para se entender o sentido profundo da atual tentativa de reduzir gastos públicos, deve-se trazer à lembrança aquela experiência. Essa comparação traz algumas pistas que ajudam a entender o processo em curso do “Uma Ponte Para o Futuro” do PMDB de Michel Temer. Primeiro, há a ideia de que o Estado seria o formulador central

das políticas públicas e que se podem ter agências autônomas que vão executar essas políticas. A política de Assistência Social, por exemplo, passa a ter a função maior de controle social, ao invés de efetuar o direito socioassistencial. A execução fica cada vez mais a cargo das Organizações Sociais (OSs), por exemplo, e a precarização do trabalho de profissionais tem vinculação direta com isso.

“A extinção das vinculações constitucionais, sobretudo no âmbito das políticas públicas, de orçamento mínimo que deve ser gasto com as áreas de educação, saúde e habitação, isso tudo está lá no plano Bresser, que já dizia não ser preciso fixar essas vinculações, e agora estamos revendo isso com muita força. Ajuste fiscal permanente com reformas constitucionais, estamos vivendo também agora. Esse ajuste está atacando a classe trabalhadora. Taxando mais os funcionários públicos com aumento de desconto previdenciário de 11 para 14%. Mas não se fala em mexer nas isenções fiscais dadas às grandes empresas. O fundo público, a cada momento que passa, fica menos público. E, por outro lado, há as estratégias de criar meios de fazer a classe trabalhadora que está fora do mercado consumir: é o aumento da margem para empréstimo consignado, a retirada do FGTS inativo e os programas de transferência de renda, cujo objetivo central faz parte da estratégia do capital para que determinada parcela da sociedade possa consumir. Tudo

isso é decidido no tapetão da justiça”, afirma Márcia.

De acordo com Silene, é indiscutível que no contexto da sociedade burguesa a esfera dos direitos se afirma a partir da pretensão de universalidade. Entretanto, a universalidade que propõe esbarra em limites estruturais da sociedade capitalista: “uma sociedade que se reproduz através de divisões (do trabalho, de classes, do conhecimento, da posse privada dos meios de produção, da riqueza socialmente produzida)” não pode ser mantenedora de direitos que restrinjam a expansão capitalista, analisa a pesquisadora, citando a professora Maria Lúcia Barroco. Ressalta ainda que o momento que vivenciamos no Brasil apresenta uma situação histórica de diferentes aprofundamentos de abismos.

“É importante registrar que Marx foi um ferrenho crítico aos limites dos direitos na sociedade burguesa. A questão dos direitos no capitalismo sempre preocupou o autor”.

“Mas como fazer o enfrentamento das desigualdades sociais numa outra via que não seja a das garantias dos direitos da classe trabalhadora?”, indaga a assistente social do Ministério Público, Márcia Nogueira. A resposta tem de partir da compreensão de que há, nesse enfrentamento, interesses antagônicos em disputa, que se materializam em diferentes projetos societários e interpretações divergentes do papel do Judiciário.

“É nesse contexto que o sistema de justiça vai tomar uma força ainda maior, tomou um peso de protagonismo em tudo. E essa força do sistema de justiça deve ser pensada dentro desse processo que estão chamando de judicialização. Todos os fóruns decisórios estão sujeitos a normas judiciais. Inclusive com a própria captura de algumas estratégias alternativas ao sistema de justiça formal, como a mediação ou a justiça restaurativa, que nesse momento se veem capturadas por essa lógica. É uma época de extrema judicialização. Esse processo de judicialização abarca diversos procedimentos complexos, porque está muito atrelado ao que o grande capital tem demandado”, explica. A assistente social lembra que, para o grande capital, os direitos dos trabalhadores aparecem como “insegurança jurídica” quanto ao retorno de seus investimentos: “Ainda tem CLT, tem Constituição Federal que ainda coloca o capital internacional em xeque em determinados momentos. O processo caminha para derrubar esse núcleo duro do Estado”.

**“Mas como fazer o enfrentamento das desigualdades sociais numa outra via que não seja a das garantias dos direitos da classe trabalhadora?”
Márcia Nogueira**



Conjunto CFESS/CRESS

Construção democrática

Nas últimas décadas, notadamente desde o Congresso da Virada, em 1979, a construção das políticas do Conjunto CFESS/CRESS tem sido democrática. A categoria tem voz e condições reais de participar de sua elaboração. E isso se materializa em um modo de funcionamento singular no cenário dos conselhos profissionais.

Anualmente, o Conjunto realiza encontros nacionais, reunindo delegações provenientes dos CRESS de todo país para discutir sua política. Todo início de gestão, esses encontros são realizados em Brasília, e para os anos seguintes as sedes são escolhidas visando cobrir as mais diversas regionais. Antes de cada encontro nacional são realizados encontros regionais descentralizados (sul, sudeste, centro-oeste, nordeste e norte), voltados à construção de propostas, ao aprofundamento do processo de discussão e à gestação paulatina de consensos.

“Geralmente o encontro nacional tem um primeiro dia mais de análise de conjuntura e explicação de sua dinâmica. Na sequência, são formados grupos que discutem os temas divididos por eixos. Ao todo, são 7 (sete): orientação e fiscalização; formação e plano de lutas; ética e direitos humanos; seguridade social; comunicação; relações internacionais; administrativo e financeiro. Por fim, no último dia, as propostas pensadas dentro de cada eixo são aprovadas através de voto na plenária final”, explica o conselheiro Fábio Simas.

E quem participa e vota nesses encontros? Em todas as regionais, são feitas assembleias ordinárias, em que qualquer assistente social pode se candidatar e ser votada. Metade da delegação é composta por conselheiras do respectivo CRESS, e metade pela base.

A conta para o número de delegadas funciona da seguinte forma: até mil inscritas, cada CRESS tem direito a cinco delegadas; acima disso, além das cinco delegadas, mais uma delegada para cada mil inscritas de fração superior a 500. Exemplificado, um CRESS com até 1500 inscritas tem direito a cinco delegadas; a partir de 1501, passa a ter direito de levar seis delegadas, e assim por diante.

“Uma coisa importante, que o CRESS-RJ tem feito, é garantir que conselheiras das seccionais e assistentes sociais de base do



interior tenham espaço dentro do nacional”, sublinha Simas.

Desde 2014, a dinâmica de funcionamento dos encontros nacionais segue a lógica do tempo da gestão, ou seja, é pensada num prazo cíclico de três anos. O primeiro ano é propositivo, o segundo de acompanhamento do que foi apresentado no primeiro encontro, e o último se destina à avaliação dos resultados obtidos. Ao se iniciar cada nova gestão, retoma-se o mesmo processo.

A construção pela base

“Quando pensamos nos espaços deliberativos, pensamos apenas nos encontros nacionais e nos encontros descentralizados. Mas, na verdade, há espaços dentro do nosso conselho, dentro das regionais, dentro das seccionais até, para que você comece a entender a estrutura e a dinâmica desse conjunto”, ressalta Michele Pontes, que já fez parte da diretoria do Conselho e representou o CRESS-RJ nos encontros do Conjunto.

Michele considera importante, como base, participar das comissões temáticas, pois geralmente são elas que constituem, efetivamente, a primeira aproximação com a dinâmica do CRESS, e também os locais onde surgem as demandas relacionadas ao

exercício profissional.

Sobre o caráter democrático da construção da política do Conjunto, Michele destaca, particularmente, o fato de que nos encontros descentralizados e nacional a base tem voto igual aos diretores. “Claro que quando a gente chega como diretor parece que a gente tem um peso maior, mas na verdade não é assim, já que as discussões se dão de forma muito horizontal” comenta ela.

“Esse vai ser o primeiro encontro de que vou participar enquanto conselheiro. Já participei duas vezes em encontros nacionais como delegado de base. Fui no dia da assembleia e fui eleito delegado, as duas vezes. Eu acho muito importante conhecer a categoria por dentro, assim como suas instâncias de representação política. Além disso, é importante conhecer o Brasil, já que somos um país de dimensões continentais, e o segundo país do mundo com mais assistentes sociais. Temos quase tantos assistentes sociais quanto o continente europeu. Nesse sentido, é interessante você observar diferentes realidades, diferentes expressões da questão cultural, diferentes situações da realidade brasileira. Ao mesmo tempo, existem questões muito parecidas em diferentes lugares do país. O encontro nacional é um espaço riquíssimo, onde temos uma radiografia do Serviço Social do país”, conclui Fábio.

SECCIONAIS



Volta Redonda

Superar o pântano do fatalismo

A atual conjuntura nacional e internacional empurra cada vez mais a classe trabalhadora para um aparente beco sem saída. Neste cenário temos as contrarreformas trabalhista e previdenciária, a crise econômica, a crise política, a criminalização dos movimentos sociais.

Hoje, um segmento de profissionais da região sul fluminense tem encabeçado lutas importantíssimas dentro dos conselhos de direito e qualificado as ações de seus sindicatos, mas devemos reforçar nosso chamamento às demais profissionais que estão isoladas dentro da armadilha do fatalismo, em suas áreas sócio-ocupacionais. Precisamos quebrar os grilhões que nos

prendem à desorganização política, que só favorecem aos ideólogos do neoliberalismo e das contrarreformas de um governo federal ilegítimo e de um governo estadual que destruiu os cofres públicos em prol do setor imobiliário e dos megaeventos.

Como foi apontado pela pesquisa do professor Márcio Souza (PUC-RJ), 76% dos profissionais não participam de organizações da categoria profissional, 94% não participam de movimentos sociais ou sindicais. Esses índices refletem diretamente nas imposições dos governos da região sul fluminense aos nossos usuários e à categoria profissional. Seja na precarização das condições éticas e técnicas de execução do

trabalho dos assistentes sociais – salas sem ventilação, com iluminação inadequada, que dificulta o resguardo do sigilo profissional documental ou nas entrevistas aos usuários –, seja na exigência do cumprimento de metas governamentais idílicas, o fatalismo político-organizativo gera cada vez mais adoecimentos físicos e mentais.

Entendemos que o pântano do fatalismo é extremamente difícil de ser superado, mas devemos fazer o que estiver ao nosso alcance para aterra-lo, pois ele só nos coloca como opções a precarização, o adoecimento da categoria profissional e a corroboração com a destruição da seguridade social brasileira.



Campos dos Goytacazes

Em defesa das políticas sociais e dos princípios da profissão

A Gestão da Seccional de Campos (2017-2020) tem atuado no intuito de fomentar a mobilização diante do cenário de retrocessos no campo dos direitos sociais.

O uso clientelista do Programa Social Cheque Cidadão foi denunciado pela Seccional de Campos e pelas assistentes sociais em 2016, com base nos princípios éticos da profissão. Em 2017, a nova gestão municipal encaminha à Câmara de Vereadores uma proposta de lei de alteração do programa de transferência de renda que envolve, além da modificação do nome para Cartão Cooperação, mudanças de critérios para concessão. Isso tudo sem que haja uma discussão qualitativa no espaço de controle social (CMAS), onde o CRESS ocupa a gestão do trabalho e compõe a vice-presidência.

Foram realizadas diversas atividades distintas envolvendo a defesa da política pública junto à sociedade civil e aos entes do Estado. Protocolamos, junto à Câmara de Vereadores, um documento solicitando discussão qualitativa em audiência pública, pois os critérios, além de excludentes, vinculam o acesso ao programa à visita domiciliar para “laudo social”, ferindo totalmente a autonomia profissional da assistente social.

A solicitação do CRESS, abraçada também pelo próprio CMAS, que solicita a retirada do programa da pauta, não foi aceita pela Câmara. E antes de o programa



ser votado, os vereadores se manifestaram com discursos que passaram longe da defesa dos interesses da população. Sobram falas preconceituosas sobre os usuários dos programas de transferência de renda, assim como uma visão completamente fora da realidade sobre o acesso ao mercado do trabalho.

Em roda de conversa com a categoria, entregamos o termo de orientação do CRESS-RJ sobre visita domiciliar, assim como uma carta sobre a conjuntura municipal, insistindo na importância da organização política de assistentes sociais que assumam seu compromisso com a defesa da profissão e diretrizes do nosso código de ética. A Seccional vem reiterando a defesa do programa de transferência de renda enquanto política pública de proteção, e buscando trabalhar junto às assistentes sociais nos equipamentos da assistência social.

Produzimos, junto com representantes do CMAS, nota de repúdio a ser apresentada na próxima reunião dessa entidade. A nota, cujo conteúdo envolve uma crítica pelo não respeito ao controle social, foi apresentada, aprovada em plenária e publicada no diário oficial do município. A carta às assistentes sociais também foi lida, e protocolamos um ofício solicitando dados que nos apontem o perfil deste público que a gestão está considerando em extrema pobreza. Foi também aprovada uma reunião ampliada sobre o programa.

Além dos movimentos que realizamos junto ao CMAS pela defesa dos direitos sociais, estávamos nas ruas contra o fechamento do restaurante popular e, junto ao MUSE (Movimento Unificado Sindical Social Estudantil do NF), incluímos a redução de direitos sociais como ponto de pauta na greve geral do dia 30 em Campos.

Combatemos ainda o retrocesso representado pela campanha “Aqueça um Coração”, da prefeitura, que solicita a doação de cobertores em equipamentos públicos e mesmo privados.

Reafirmar a defesa de um Estado democrático de direito é o que estamos fazendo, em conjunto com os movimentos sociais e a organização de trabalhadores e universidade. E esperamos todos os profissionais nesta luta – juntos e bem aquecidos!

Política de Nucleação

O estado do Rio de Janeiro possui 92 municípios, e uma categoria de assistentes sociais com cerca de 17.000 profissionais distribuídas por todo o seu território, que se encontram sob a jurisdição do CRESS-RJ, através de sua Sede e das Seccionais Norte e Sul Fluminense. As direções do Conselho têm buscado uma gestão pública e democrática com assistentes sociais de base, e realizam uma série de ações políticas e pedagógicas, que, em geral, acontece na Sede, no Centro do Rio. No entanto, muitas profissionais informavam sobre a dificuldade de participar, devido à própria dinâmica inerente ao mundo do trabalho, às distâncias territoriais e à dificuldade de mobilidade entre as regiões, que decorre do alto custo das tarifas e da precária oferta de transportes públicos.

É, portanto, necessário haver mecanismos de aproximação entre Conselho e base da categoria. Para buscar isso, em 2012 o CRESS-RJ sistematizou a política de nucleação com o objetivo de realizar ações político-pedagógicas e de educação permanente, que possibilitassem fortalecer a mobilização, a organização e a aproximação com a categoria em todo o território do estado.

Essa estratégia tem possibilitado aproximar assistentes sociais de cidades do interior aos debates do Conselho, além de ser uma ponte orgânica com as demandas locais. Atualmente, o CRESS-RJ conta com 13 núcleos, que se constituem como espaços para troca de experiências, reflexões sobre condições de trabalho e o exercício profissional em suas particularidades territoriais.

Desde a fundação do Núcleo Josy Ramos, que abrange municípios da Região dos Lagos, a assistente social Juliana Souza, que também é representante da base junto à diretoria do Conselho, aponta que a política de nucleação foi importante para se conseguir entender melhor a realidade de cada localidade.

"Aqui na região temos uma série de problemas, já que muitas vezes as assistentes sociais trabalham com equipe mínima, e, às vezes, nem isso. E isso expressa uma questão política muito forte. Vemos diversas vezes que municípios muito próximos possuem condições de trabalho discrepantes. A partir do núcleo, e também de uma pesquisa, conseguimos traçar um perfil e um panorama da realidade dos assistentes sociais na região", afirma.



Ainda de acordo com Juliana, as reuniões sempre abarcam discussões que articulam o movimento da política e sua relação com o Serviço Social.

"A formação é uma questão que aparece muito no nosso núcleo. Então sempre tentamos trazer discussões e convidados que tenham algum acúmulo para dentro do Núcleo. Já virou tradição que, sempre ao fim do ano, organizamos um seminário regional, contemplando um grande tema. O último teve como tema o contexto de regressão atual. As demandas dos nossos debates surgem no próprio núcleo. Agora estamos discutindo visita domiciliar. Nós já tivemos uma primeira discussão sobre o assunto em junho e vamos fazer o segundo encontro, porque é uma demanda bem recorrente nas prefeituras. Queremos que as pessoas cheguem no Josy Ramos e participem das reuniões, coloquem suas questões, suas realidades", destaca a assistente social.

Há cerca de dois anos participando do Núcleo Maria Conga e Andorinhas, que abarca municípios do leste fluminense, a assistente social Kamila Delfino define os núcleos como espaços coletivos que proporcionam o diálogo da categoria dos municípios mais distantes com o CRESS.

"Eles vão possibilitar essa discussão dos próprios desafios do exercício profissional, da categoria que está na ponta, seja na saúde, na política de assistência social, na educação. A partir desse diálogo se compreendem melhor quais são as demandas desses municípios

"A formação é uma questão que aparece muito no nosso núcleo. Então sempre tentamos trazer discussões e convidados que tenham algum acúmulo para dentro do Núcleo"

Juliana Souza
Núcleo Josy Ramos

apresentados pelas assistentes sociais que participam dos encontros, buscando mapear essa realidade através dos relatos das profissionais. Isso possibilita também uma troca de experiência entre as assistentes sociais intermunicipais. Ou seja, é uma forma de compartilhar anseios que perpassam o cotidiano profissional. Além de possibilitar um estímulo à reflexão teórico-prática, de forma crítica, com potencialidades de qualificação e organização da própria categoria", discorre.

O contato com a base

Juliana explica que existe ampla divulgação das datas das reuniões através das redes sociais. Caso haja a participação de algum convidado, esse fato também é socializado. Todo encontro tem uma lista de presença, na qual se recolhem os e-mails das participantes, a partir dos quais está em construção um banco de dados para divulgar as próximas ações do núcleo.

"As reuniões costumam ser mensais, mas isso não é obrigatório. No início, ainda em 2012, começamos em um ritmo mensal e, por isso, realizamos uma escala de reuniões itinerantes por todos os municípios que compõem o Núcleo. Passado um ano, avaliamos esse processo e decidimos fazer bimestral, para facilitar a participação, já que muitas profissionais precisam de liberação de seus trabalhos. Entretanto, depois avaliamos que deveria voltar a ser mensal. Então, não tem uma regularidade exatamente, vamos seguindo a demanda do núcleo".

Para além das reuniões presenciais, outros meios têm sido usados para driblar esse problema de deslocamento, como grupos de e-mails e aplicativos de comunicação de smartphone.

Outro ponto importante destacado por Kamila diz respeito a quem pode compor e

“Temos um desmonte das políticas, precarização do trabalho, carga horária incompatível. Isso vai dificultar ainda mais a participação da categoria nesses espaços. Mas vale destacar que, em momentos como esse, a organização coletiva se torna ainda mais urgente.”

Kamila Delfino
Núcleo Maria Conga e Andorinhas



desta reorganização do grande capital financeiro.

“Temos um desmonte das políticas, precarização do trabalho, carga horária incompatível. Isso vai dificultar ainda mais a participação da categoria nesses espaços. Mas vale destacar que, em momentos como esse, a organização coletiva se torna ainda mais urgente. Para juntos conversarmos e debatermos quais são as reais possibilidades de enfrentamento. Atualmente nossos debates têm girado em torno da atual conjuntura”, analisa.

A participação

Tanto Juliana quanto Kamila destacam que o Núcleo é um espaço importante para as assistentes sociais se fortalecerem como categoria. Também para se fortalecerem enquanto rede, porque na interação com outros municípios se conhecem mais assistentes sociais e se criam pontes entre as realidades vividas. E essa rede é interessante por proporcionar o encontro de pares, uma vez que a demanda de um município pode ser semelhante à demanda de outro, e ambos, mesmo com suas particularidades, estão em um mesmo contexto.

Finalmente, vale lembrar que as reuniões dos Núcleos são abertas a todas assistentes sociais, estudantes e docentes que tenham interesse de participar desse coletivo. As datas, horários e locais são divulgados nas redes sociais, site e no informativo semanal Via CRESS.

participar das reuniões: assistentes sociais, estudantes de Serviço Social e até demais interessados.

“Essa nossa dinâmica também proporciona, atualmente, uma coordenação mais coletiva, mais democrática. Temos a possibilidade de maior participação. Trabalhar a mobilização para uma maior vinculação de assistentes sociais que estão na ponta. Porque promovemos reuniões e encontros e algumas trabalhadoras não conseguem adequar os horários às reuniões. Para dar organicidade a nossas ações, são escolhidos representantes por cada município que compõe o nosso Núcleo. Em cada município da área de abrangência do núcleo, nossa ação focou em eleger duas representantes em cada um deles, para articular a categoria, conseguir os espaços, pois as reuniões são itinerantes, e circular melhor por cada território”, explica.

A origem dos nomes dos Núcleos

Falando especificamente do núcleo ao qual pertence, Juliana explica o surgimento do nome Josy Ramos.

“O tempo foi criando a necessidade de ter uma identidade e aí as colegas da categoria decidiram homenagear a professora Josy Ramos, que dava aula de Serviço Social na Universidade Veiga de Almeida e foi brutalmente assassinada. Ela tinha uma grande atuação na região, participou da formação de muitos alunos e atuava na prefeitura de Búzios. Então nós fizemos uma eleição, e foi consenso homenageá-la”, relembra.

De um quilombo de Magé é o nascedouro do nome Maria Conga e Andorinhas. Os antigos locais de resistências de negros escravizados inspiram a bandeira de assistentes sociais: a luta por uma sociedade sem opressões.

“Isso não foi uma escolha aleatória. A cada reunião fazemos questão de frisar a origem do nome de nosso Núcleo. Em tempos como esse que passamos, a mobilização em prol da

defesa dos interesses da classe trabalhadora é fundamental”, afirma.

Desafios

Um dos desafios de uma organização tão abrangente é conseguir incluir todas as pessoas, afirma Juliana.

“Nós somos uma região bem grande, já que é a Região dos Lagos e Silva Jardim. Então se fazemos uma reunião em Saquarema é mais tranquilo para o pessoal de Silva Jardim. Se fazemos uma reunião em Arraial do Cabo ou em Cabo Frio, já é mais complicado. Agora, quando a reunião é em Búzios fica contramão para muita gente. Então tem a questão do rodízio, que achamos importante, mas também tem a questão de viabilizar o acesso de todo mundo”.

Kamila, que também é docente, chama a atenção para o momento conturbado pelo qual passa o Brasil, e não desloca sua análise, sobre os impactos das demandas de assistentes sociais que chegam ao Núcleo,

Acompanhe a divulgação e venha ocupar, conosco, o CRESS!



Núcleos de Base do CRESS

Em 2016, no 45º Encontro Nacional CFESS-CRESS, realizado em Cuiabá (MT), o documento *Diretrizes Nacionais acerca da Interiorização das Ações Políticas dos CRESS* foi aprovado e orientará a política de interiorização que vem acontecendo em todo o país desde 2011. O objetivo é assegurar a unidade das ações no Conjunto.

Uma das recomendações é que se adote a nomenclatura Núcleo de Base do CRESS (NUCRESS) e pode ser acrescido por nomes/frases para denominar diferentes Núcleos, como por exemplo, NUCRESS Josy Ramos.

O NUCRESS busca promover aproximação das assistentes sociais das diferentes regiões do estado com a direção do Conselho, mas não é uma institucionalização de novas instâncias; desse modo, não respondem ou deliberam pelo CRESS.

Cada Núcleo congrega um polo de municípios e tem uma conselheira (Sede e Seccionais) de referência. Em cada um, define-se a periodicidade das reuniões, sendo recomendada a realização bimestral e a alternância entre as cidades para sediar o encontro.

Outras ações

Junho e julho/2017



III Marcha das Mulheres Negras – no dia 30/7, O CRESS participou na orla de Copacabana da marcha para denunciar a desigualdade e as discriminações vividas diariamente por mulheres negras em todo o país e se manifestar contra o preconceito e o genocídio da juventude negra. A manifestação é parte da celebração do Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, com data oficial em 25 de julho, cujo principal propósito é combater a discriminação e o racismo, e reivindicar o direito à vida e à dignidade humana da população negra.

FOTO: CARLOS D



Plenária de preparação para o Encontro Nacional da União Nacional por Moradia Popular (UNMP) – O encontro teve como objetivo preparar a delegação da União por Moradia Popular do RJ (UMP-RJ) para a participação do encontro nacional do movimento. A atividade, realizada no dia 22/7, busca fortalecer a organização popular e a luta pelo direito à terra e moradia nas áreas rural e urbana, ao saneamento e ao transporte acessível e de qualidade.

Ato – Greve Geral Contra as Reformas da Previdência e Trabalhista – o CRESS participou dos atos e protestos contra as reformas trabalhistas e da Previdência, que foram organizados pelas centrais sindicais e movimentos sociais em todo o país no dia 30/6.

1º Encontro da Rede Socioeducativa de Volta Redonda e Região – no dia 01/6, o CRESS compôs a mesa no evento organizado pela equipe de Serviço Social do Centro de Socioeducação (CENSE) de Volta Redonda. O encontro buscou articular e integrar a rede de operadores técnicos do sistema socioeducativo do Centro Sul Fluminense.

Audiência Pública pela Equiparação Vencimental das Assistentes Sociais da Prefeitura do Rio – no dia 02/6, o CRESS participou da Audiência Pública na Câmara de Vereadores sobre o cumprimento da Lei do Sistema Municipal de Assistência Social e a equiparação salarial dos assistentes sociais no Rio de Janeiro da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ). A Lei nº 4.814/2008 igualou o vencimento

de todos os profissionais da área de saúde do município, no entanto, não incluiu a categoria dos assistentes sociais, que luta pela equiparação há 09 anos.

Termo de Orientação “Atuação de Assistentes Sociais em Comissões Técnicas de Classificação e em Requisições de Exame Criminológico” – no dia 04/7, no Auditório da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, o CRESS orientou e debateu com as profissionais da SEAP, TJRJ e MP as prerrogativas éticas e técnicas de assistentes sociais que atuam com a população carcerária. O Termo de Orientação pode ser acessado no site do CRESS, através do link <https://goo.gl/bvcT9F>

Ética Profissional no Conjunto CFESS-CRESS – no dia 06/7, o CRESS debateu sobre ética profissional para alunos do curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

XI Conferência Municipal de Assistência Social de Petrópolis – nos dias 14 e 15/7, o CRESS compôs na mesa de abertura e participou da relatoria da Conferência, que reuniu sociedade civil e governo para debater propostas e estratégias de organização das diretrizes municipais para a política de assistência social.

Conferências de Assistência Social dos Municípios do Norte Fluminense – o CRESS durante todo o mês de julho esteve presente nas conferências de assistência realizadas nos municípios de Campos (13 e 14/7), Bom Jesus de Itabapoana (20/7), São Fidélis (20/7) e Macaé (25 e 26/7). Nas mesas de abertura e nos debates, o Conselho fez a defesa da política de assistência social enquanto direito da população e dever do estado.

Descriminalização do Aborto e Mortalidade Materna – essa Roda de Conversa organizada pelo Fórum de Saúde com a participação da Coordenação da Executiva do Comitê Municipal de Saúde da População Negra da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro foi realizada na Sede do CRESS, no dia 18/7. O debate discutiu o fato da criminalização do aborto atentar contra a vida de tantas mulheres, negras e pobres, cujo acesso a serviços de saúde são negados e levam a realização de procedimentos inseguros, sendo hoje, a quinta causa da morte materna no Brasil.”

“Direitos humanos: memória e verdade” – esse foi o tema da roda de conversa que o CRESS participou no dia 18/7, quando foram debatidos o conceito de direitos humanos e as principais violações, no período da ditadura civil militar e no pós ditadura civil militar, na região Sul Fluminense.

Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDCA/RJ) – o CRESS, por meio de uma de suas representações externas de base, integra a nova gestão do conselho, para o mandato 2017-2019. A posse dos novos conselheiros ocorreu em 26/07, no Auditório da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro (SEASDH).

III Fórum Local de Supervisão de Estágio da Escola de Serviço Social da UFRJ – nos dias 22 e 23/6, a Coordenação de Estágio e Extensão deliberou sobre a política de estágio da Escola de Serviço Social – ESS. Nesses dias, houve a articulação entre docentes, discentes e profissionais, que avaliaram coletivamente a política de estágio em todas as dimensões – supervisão de campo e acadêmica, bem como os reatamentos da precarização do trabalho na formação e na intervenção profissional. O CRESS participou da mesa de abertura e dos debates ao longo dos dois dias.

Visita de Fiscalização nos Institutos e Hospitais Federais – entre os dias 25 a 27/7, o CRESS junto com os demais Conselhos Regionais da área da Saúde realizou visita para fiscalizar as condições do exercício profissional nos referidos Hospitais, que são centros de referência de média e alta complexidade no Sistema Único de Saúde (SUS), mas têm sofrido golpes fatais através da falta de investimento financeiro, má gestão e número insuficiente de trabalhadores, que são afetados no seu cotidiano por toda essa precariedade. Além disso, o Conselho também promoveu no dia 24/7, na sua Sede, uma roda de conversa com o tema “Condições de Trabalho das Assistentes Sociais nos Institutos e Hospitais federais e a Conjuntura Atual: lutas e desafios”, que contou com a participação de várias assistentes sociais que atuam nessa rede.



Pré-Conferência de Assistência Social 1ª. Coordenadoria de Assistência Social e Direitos Humanos (1ª. CASDH) – o CRESS esteve presente como palestrante na pré-Conferência realizada em 13/06, na Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CEDURP). O tema “Garantia de direitos no fortalecimento do SUAS” abordou os desafios de se viabilizar direitos em meio ao desfinanciamento das políticas sociais.



Termo de Orientação sobre a realização de visitas domiciliares quando requisitadas a assistentes sociais – no dia 10/7, a partir do Termo de Orientação elaborado pelo CRESS, profissionais e estudantes debateram sobre as diversas situações que envolvem a requisição de visitas domiciliares e possíveis respostas profissionais diante dessas solicitações. Essa atividade foi organizada pelo Núcleo “Josy Ramos” em Cabo Frio, que foi demandado pela categoria que lotou o auditório para tratar desse tema.

Reforma psiquiátrica

Concepções no tratamento de usuários de drogas

O recente episódio que envolveu a prefeitura da cidade de São Paulo e o recolhimento compulsório de usuários abusivos de drogas mostrou mais uma vez a disputa em torno de projetos de tratamento de saúde e da ocupação do espaço urbano que permeiam todo esse debate.

No Rio de Janeiro, este cenário se repetiu por diversas vezes. No entanto, durante a preparação da cidade para receber os megaeventos esportivos de 2014 e 2016, Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas, respectivamente, esse tema recebeu maior espetacularização por parte da mídia comercial.

Mas já em 2012, um documento elaborado a partir das visitas que o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro (MEPCT/RJ), órgão vinculado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), realizou em três abrigos do município, em conjunto com representantes dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS-RJ) e de Psicologia (CRP-RJ), já apontava a situação precária e sem planejamento desses abrigos. Isso ocorreu durante o período da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Na ocasião, o CRESS-RJ já afirmava posicionamento contrário à internação compulsória de adultos, com base em normas nacionais e internacionais.

A assistente social Thaís Beiral defende a ideia de que é preciso desmascarar a discussão em torno das direções dadas às comunidades terapêuticas, à luz dos rumos da reforma psiquiátrica. Esse, para ela, é o primeiro ponto do novo que deve ser minuciosamente desembarçado.

“Não são coisas que se comparam, porque senão caímos na falsa ideia de que temos que substituir um pelo outro, e escondemos o verdadeiro centro do debate que é a disputa de modelos. As comunidades terapêuticas se assemelham aos hospitais psiquiátricos. Elas são pensadas através de modelos de cuidado, com a lógica de abstinência, na vigilância, no afastamento de seu território. E, por vezes, podem ter um viés punitivo e moral, como rezar por horas a fio, não poder telefonar. Ou seja, se concentram no uso da droga e não

no sujeito”, explica Thaís.

Ela ainda acrescenta que o nó, em alguns momentos, para quem defende a reforma psiquiátrica, é o argumento utilizado por defensores das comunidades terapêuticas de que a reforma não teria dado conta de todo o cuidado ao usuário no território.

“É importante frisar que a reforma psiquiátrica vai para além do que está previsto, para além de ter um serviço de saúde mental no território. Hoje observamos, através dos usuários e de seus encaminhamentos feitos pela assistência social e pela saúde mental, que por vezes o problema diz respeito a uma política que não avançou. Os usuários vão para as comunidades terapêuticas, muitas vezes, não só para tratar do uso abusivo de drogas, mas por se encontrarem em situação de rua, conflitos familiares, pessoas que perdem o emprego ou estão em situação de vulnerabilidade. Ou seja, casos de que os CAPS não conseguem dar conta porque a política não avançou”, analisa.

Ainda de acordo com a assistente social, que tem experiência profissional há três anos em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD Miriam Makeba), no bairro de Ramos, no Rio, a redução de danos, modelo de saúde mental para usuários de álcool e outras drogas, não prevê a abstinência nem a internação como centro do tratamento. Este caminho inclui trazer para o centro o sujeito, entendendo seu contexto social, limites pessoais, dentre outros fatores.

“A questão das comunidades terapêuticas é a disputa de projetos, de modelos de condução no tratamento. Isso é muito obscuro, não se sabe ao certo quantas comunidades existem no Rio. Os usuários são abordados na rua, por igrejas ou ONGs”, detalha.

Atualmente, o número de usuários de drogas tem crescido, e a população em situação de rua também. Porém, os abrigos têm reduzido a oferta de vagas, como nos colocou Thaís. Essa é a realidade concreta. E



Thaís Beiral

daí a população tem que contar com um serviço, na rede, cada vez mais enxuto.

“O caminho que temos buscado aqui é encontrar parcerias, conversar com a secretaria de cultura, por exemplo, tentar se aproximar de outras vias para ampliar o processo de cuidado. A redução de danos é a ampliação de mundo do usuário, trazer para o centro o sujeito e toda a sua complexidade de maneira a contribuir para essa ressignificação”, destaca.

Quanto ao recolhimento compulsório, o modo como se vem empregando o termo traz uma falsa ideia para a população de que a pessoa recolhida vai ser cuidada. Thaís defende, entretanto, que, na prática, o recolhimento compulsório vem se prestando a uma política de “higienização” das cidades, principalmente dos grandes centros, como ocorreu em São Paulo, em que esse processo esteve claramente ligado à especulação imobiliária.

“No Rio de Janeiro tivemos essa experiência durante a organização dos megaeventos. Muitas das vezes, os pacientes eram levados a comunidades distantes apenas para sair do local, segundo a lógica de ir espantando a população que ‘incomoda’. Não foi para levar cuidado de saúde pública a essas pessoas”, afirma.

Thaís destaca que nessa época houve uma ampliação da rede de CAPS numa lógica de cuidado, de redução de danos. Mas que ainda não dá conta da real demanda.

“É necessário pensar que existem problemas estruturais que não dizem respeito só à reforma, só à assistência em saúde mental. Enquanto avançamos em redes substitutivas aos manicômios e na rede de atenção, retrocedemos nos direitos mais básicos da população. Precisamos, sim, expandir as políticas públicas, de assistência, trabalho, lazer educação”, aponta o horizonte.

